

PEDRO É O LOBO



NÃO TEM SENTIDO VENDER ATIVOS DA CAIXA!

Atendendo a uma demanda do mercado, Pedro anunciou, após encontro com bancos de investimentos, quatro operações de abertura de capital na

Caixa: seguros, cartões, assets e loterias. A desculpa é a de promover capitalização do banco público fatiando a empresa em pedaços. Entretanto,

uma simples olhada nos números destas operações já desmonta a justificativa usada por Pedro.

Para se ter uma ideia, somente na área de asset, referente às receitas de prestação de serviços dos fundos de investimentos e carteiras adminis-

trativas, se observa um crescimento ano a ano em relação ao período anterior, ultrapassando a marca de R\$ 1,8 bi em 2017, e com previsão de mais de R\$ 2,1 bi em 2018. Na área de cartões também se observa uma receita importante para o banco, mantendo marca superior a R\$ 2 bi nos últimos 5 anos. O montante estimado para 2018 supera R\$ 2,1 bilhões, caso mantenha o mesmo ritmo dos três primeiros trimestres, e se consolidar valor próximo ao estimado, a variação será em torno de 2,8% em relação a 2017.

“Todas as operações em

questão são fundamentais para o banco e trazem verbas que são usadas em programas sociais. Um bom exemplo é a Lotex. Os dados da Caixa nos mostram que, de 2011 a 2016, as loterias arrecadaram R\$ 60 bilhões, dos quais R\$ 27 bilhões foram destinados para financiamento de projetos em áreas como cultura, esporte, bolsas de estudo e segurança pública. Esta iniciativa do Pedro de entregar estas operações estratégicas na mão de bancos privados é completamente absurda”, afirmou Leonardo Quadros, dirigente da Fetec-SP.



NOSSA LUTA CONTINUA!

O mês das mulheres é uma oportunidade para avançarmos na pauta dos direitos delas, mas também para relembrarmos tudo o que já foi conquistado. Como o impedimento da Caixa de descomissionar gestantes, cláusula incluída no ACT 2018-2020.

A dirigente sindical Jackeline Machado lembra que tais avanços são fundamentais para as bancárias, mas trazem benefícios também para toda a sociedade.

“A proteção a novas famílias é uma pauta de todos. Não só da mulher, mas do bebê que está por vir, dos demais familiares. Se queremos uma sociedade mais justa e igualitária, devemos começar garantindo e equiparando os direitos das mulheres”, explicou. “Mas não só no que diz respeito à reprodução. Nossa luta abraça também a igualdade de oportunidades, o combate ao assédio e outras pautas que têm como objetivo tornar o local de trabalho seguro para homens e mulheres”, completou.



VEJA ALGUNS DOS OUTROS DIREITOS DAS BANCÁRIAS

- > Licença-maternidade ampliada, conquistada em 2009
- > Licença-paternidade ampliada, com oferecimento do curso de paternidade responsável pelo Sindicato,
- fomentando relações compartilhadas
- > Vedação do descomissionamento de gestantes, conquistada em 2018

MANOBRAS NO BALANÇO É PARA ESCONDER LUCRO!

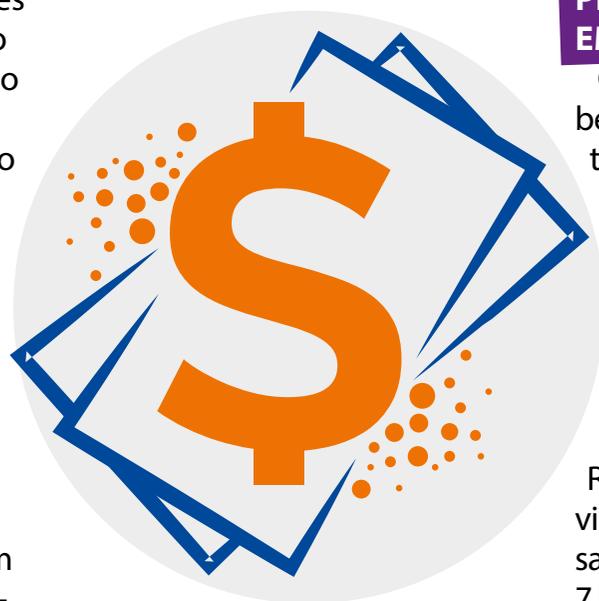
O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, segundo informações divulgadas pela imprensa, pediu para que seja feita provisão extraordinária de aproximadamente R\$ 7 bilhões para perdas esperadas com calotes na carteira de financiamento imobiliário e a desvalorização de imóveis retomados pelo banco. Uma análise feita pelo Dieese mostra, porém, que a inadimplência média na carteira imobiliária é muito menor do que a dos demais bancos.

“O Banco Central define as regras para a provisão para dívidas duvidosas. Mas, os dados do balanço do terceiro trimestre de 2018 apresentam uma inadimplência muito pequena. Não existe motivo para uma provisão tão grande”, disse a economista Vivian Rodrigues, da subseção do Dieese na Contraf-CUT.

A análise do Dieese revela ainda que, em setembro de 2018, a inadimplência na carteira da Caixa era de 2,4%. No conjunto dos bancos a inadimplência na época estava em 3%. Em março de 2017, a diferença era de mais de um ponto percentual. Na Caixa a inadimplência era de 2,8%, contra 3,9% no conjunto dos bancos.

Se a medida for efetivada, o lucro líquido da Caixa será de menos de R\$ 10 bilhões.

“Isso quer dizer que esta manobra forçará um prejuízo estrondoso no último trimestre de 2018, pois no terceiro trimestre o banco já havia apresentado um lucro líquido de R\$ 11,5



bilhões”, explicou Vivian. “Imóveis são resgates para o banco negociar depois e tentar amenizar as carteiras que já caíram a prejuízo. Ele não pode misturar as duas coisas e provisionar por algo que nem está mais na carteira”, finalizou ao lembrar que o provisionamento diz respeito à carteira ativa do banco.

PRIVATIZAÇÃO

Para a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, a manobra é, no mínimo, suspeita.

“Um lucro alto da Caixa deixaria claro que não há motivo para vender qualquer ativo da

instituição. Isso atrapalharia o jogo que se faz, para prejudicar a imagem do banco público. Se a Caixa lucra tanto, pra que privatizar?”, observou.

PREJUÍZO AOS EMPREGADOS

Os empregados da Caixa também não ficaram nada satisfeitos com a notícia. Depois de darem duro para cumprir as metas de uma grande campanha comercial realizada pelo banco em 2018, eles esperam ter seus esforços recompensados por meio da Participação nos Lucros ou Resultados. Mas, com uma provisão para cobrir dívidas duvidosas (PDD) que pode chegar a R\$ 7 bilhões, o esforço dos empregados terá sido em vão.

“Essa manobra desmerece todo o esforço e trabalho dos empregados, que não apenas atingiram a meta proposta de R\$ 9 bilhões em campanha institucionalizada pela empresa, como a superaram”, ponderou o coordenador da Comissão Executiva de Empregados (CEE) da Caixa, Dionísio Reis. “Estamos acompanhando toda essa especulação e vamos tomar as providências necessárias para resguardar os direitos dos empregados e a empresa”, concluiu.

“Já havia uma previsão de que o lucro da Caixa chegaria a algo próximo de R\$ 15 bilhões. Isso



geraria uma boa recompensa aos trabalhadores. Mas se esta provisão for realmente realizada, as perdas para os funcionários serão proporcionalmente ‘extraordinárias’, disse Dionísio. “Além de ser mais uma artimanha privatista do presidente Pedro, já conhecido como Lobo de Wall Street pelos empregados, que não o suportam mais, está fraudando o compromisso de reconhecimento dos trabalhadores do banco público, o que não será aceito”, completou.

QUEREMOS TRANSPARÊNCIA NO SAÚDE CAIXA

O GT Saúde Caixa cobrou mais transparência e acesso dos representantes dos empregados aos dados do plano de saúde. Na reunião do GT realizada no dia 19 de fevereiro, foram reivindicados o acesso a informações, relatórios atuariais, dados e documentos para que os trabalhadores possam fazer uma análise aprofundada, e para, em conjunto com a Caixa, empenhar-se na sustentabilidade do plano. Além disso, foi cobrado o debate sobre o superávit acumulado.

Como resposta, a Caixa informou que não tinha ainda os relatórios consolidados e se comprometeu a trazê-los para a próxima reunião. A empresa comunicou, também, que a área jurídica está elaborando um parecer sobre o fundo de reserva / fundo de contingência.

“O debate do Saúde Caixa é caro aos empregados. Nosso plano de saúde é um dos nossos maiores direitos na Caixa, mas foi conquistado por nós. Queremos acesso às informações, inclusive

para que possamos ter segurança em propor melhorias e ter um plano saudável.” ressaltou o secretário de Finanças da Contraf, Sérgio Takemoto, lembrando que a regulamentação do Saúde Caixa na cláusula 32 do ACT 2018/2020 é uma conquista histórica dos empregados.

A próxima reunião do GT está prevista para o dia 24 de abril.



FUNCEF: NÃO PERMITA A APROVAÇÃO DA CGPAR 25!

Foi publicada, em dezembro passado, a resolução número 25 da CGPAR, que estabelece novas diretrizes para os planos de benefícios de previdência complementar das estatais federais. As mudanças propostas reduzem a responsabilidade da patrocinadora com os planos de benefícios. Nos novos planos que forem criados após a vigência da resolução, a responsabilidade da patrocinadora é eliminada, “resolvendo o problema” da CPC 33.

No caso da Funcef, o plano Não Saldado será o primeiro

e o mais atingido pelas mudanças. As características que diferenciam o REG/Replan Não Saldado dos demais planos irão acabar com a aplicação das novas diretrizes. A resolução também permite a transferência da gestão dos planos de benefícios das Fundações (controladas pelos participantes e patrocinadora) para instituições de mercado.

Entretanto, é necessário que o conselho deliberativo aprove a adesão do fundo de pensão à resolução. Por conta disso, o movimento sindical

orienta que os empregados da Caixa pressionem os conselheiros – em especial os eleitos pelo corpo de trabalhadores – para votar contra esta medida nefasta.

“É importante os empregados da Caixa se mobilizarem, enviando mensagens aos conselheiros, para que esta medida não seja aprovada. Se informem sobre as mudanças para que este retrocesso não atinja os bancários da Caixa”, alertou o secretário de Finanças da Contraf, Sérgio Takemoto.

Leia mais: bit.ly/2zMOpx9

Capitalização será um desastre

A PEC de reforma da Previdência de Bolsonaro prevê a adoção de um modelo de capitalização, no qual cada trabalhador será responsável por administrar sua poupança. As regras não estão explicadas no texto enviado ao Congresso e serão determinadas por uma futura lei complementar. O que isso significa na prática?

- **Vai aprofundar o déficit:** bit.ly/DeficitPrev
- **Pessoas com deficiência vão trabalhar mais:** bit.ly/PrevDef
- **Mais direitos podem ser retirados no futuro:** bit.ly/RefPrevCF
- **Afastará os mais jovens da aposentadoria:** bit.ly/PrevJovens